

PROGRAMA DE TRABALHO

Ministério Público

12101 Ministério Público

Inciso III do Art.12 da LDO nº 9.292, 19/07/2021

Programa Função / Subfunção Projeto-Atividade / Operações Especiais	A C A O	E S F	M O D	F T E	ODS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	OGE 2022			Reserva de Contingência
										Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	
	2	F	90	0101		3.809.970	0	0	3.709.970	100.000	0	0	0
Objetivo:													
Produto: Ação Realizada													
03-Essencial à Justiça / 131-Comunicação Social													
8944 Publicidade Institucional						60.000	0	0	60.000	0	0	0	0
Objetivo:	2	F	90	0101		60.000	0	0	60.000	0	0	0	0
Produto: Publicidade Executada													
03-Essencial à Justiça / 331-Proteção e Benefícios ao Trabalhador													
8942 Auxílios e Benefícios						80.938.480	0	0	80.938.480	0	0	0	0
Objetivo:	2	F	90	0101		80.938.480	0	0	80.938.480	0	0	0	0
Produto: Integrante Beneficiado													
Total						758.922.316	503.326.393	0	188.812.932	65.952.991	830.000	0	0

F - Fiscal S - Seguridade Social

1 - Projeto 2 - Atividade 3 - Op.Especiais

CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Ministério Público

12101Ministério Público

Inciso III do Art.12 da LDO nº 9.292, 19/07/2021

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	OGE 2022			Reserva de Contingência
						Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	
03.091.1494-8758	Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	130.808.355	0	0	66.019.119	63.959.236	830.000	0	0
03.091.1494-8945	Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	388.750.723	388.750.723	0	0	0	0	0	0
03.122.1494-8760	Governança e Gestão	39.979.118	0	0	38.085.363	1.893.755	0	0	0
03.122.1494-8941	Governança e Gestão - DOCC	114.575.670	114.575.670	0	0	0	0	0	0
03.128.1494-8943	Capacitação e Valorização de Pessoas	3.809.970	0	0	3.709.970	100.000	0	0	0
03.131.1494-8944	Publicidade Institucional	60.000	0	0	60.000	0	0	0	0
03.331.1494-8942	Auxílios e Benefícios	80.938.480	0	0	80.938.480	0	0	0	0
Total		758.922.316	503.326.393	0	188.812.932	65.952.991	830.000	0	0

12. PROGRAMAÇÃO A CARGO DOS ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OGE 2022

Ministério Público de Contas do Estado do Pará

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Promover e fiscalizar a guarda e o cumprimento da Constituição e das leis, no que se referir à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da competência do Tribunal de Contas do Estado.

Inciso VI do Art.12 da LDO nº 9.292, 19/07/2021

LEGISLAÇÃO BÁSICA

EMENTA

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 127 e 130. Dispõem sobre normas gerais do Ministério Público e específica do Ministério Público de Contas.

Constituição do Estado do Pará de 1989, arts. 178 e 183 a 186. Dispõem sobre normas gerais do Ministério Público e específica do Ministério Público de Contas.

Lei Complementar Estadual nº 9, de 27 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, atualizando a anterior, de nº 1.843, de 30 de dezembro de 1959.

Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, e dá outras providências.

Lei complementar nº 085, de 03 de janeiro de 2013. Atualiza a denominação do Órgão e dos Membros do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, de que trata a Lei Complementar nº09, de 27 de janeiro de 1992.

Lei nº 8.100, de 01 de janeiro de 2015. Promove alterações e consolida o quadro de pessoal do MPC/PA.

Lei Complementar nº 106, de 21 de julho de 2016. Da nova redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº09, de 27 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado, e revoga dispositivo da Lei Complementar nº085, de 3 de janeiro de 1992.

Lei nº 8.596, de 11 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a remuneração e a qualificação dos servidores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará e adota outras providências.